

**Companhia de Tecnologia da Informação do  
Estado de Minas Gerais – PRODEMGE**

**Demonstrações financeiras**

Para o exercício findo em 31/12/2019



## Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge

### Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019

#### Sumário

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE _____	2
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO _____	7
BALANÇO PATRIMONIAL _____	13
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO _____	14
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO _____	15
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA _____	16
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO _____	17
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS _____	18
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO _____	46
PARECER DO CONSELHO FISCAL _____	49

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos  
Acionistas e aos Conselheiros da  
COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS  
GERAIS – PRODEMGE  
Belo Horizonte – MG**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **PRODEMGE** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## **Ênfase**

### **Reapresentação das Demonstrações Contábeis**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, a Companhia refez a apuração do lucro real e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios de 2017 e 2018 e identificou novos valores dos tributos IRPJ e CSLL a recolher. Os valores correspondentes referentes aos exercícios anteriores, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### **Valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados e emitimos relatório em 21 de fevereiro de 2019, com modificações na opinião sobre divergências na apuração do lucro real e na base de cálculo da contribuição social, referente a não adição de despesas de terceiros, regularizado neste exercício, conforme descrito na ênfase acima; e sobre a falta de política para constituição de provisão para perdas sobre valores a receber de clientes e valores a receber de serviços realizados a faturar, que foram implementadas neste exercício.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.





## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Russell Bedford**

*taking you further*

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira  
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP  
Sócio Responsável Técnico

Luciano Gomes dos Santos  
Contador 1 CRC RS 59.628/O-2  
Sócio Responsável Técnico

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Para o exercício de 2019.

### 1. INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge – foi constituída há mais de cinco décadas, pela Lei nº 6.003/72, onde está descrito seu dever e obrigação de atendimento do interesse público, previsto em seu Estatuto Social. Criada como sociedade por ações de economia mista organizada pelo Estado de Minas Gerais, tem como membros de sua composição acionária:

- Estado de Minas Gerais
- Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA)
- Instituto de Previdência dos Servidores de Minas Gerais (IPSEMG)
- Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)
- Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG)
- Companhia Energética do Estado de Minas Gerais (CEMIG)
- Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DEER)
- Loteria do Estado de Minas Gerais (LEMG)
- Banco Bradesco S/A

A Prodemge realiza atividades de tecnologia da informação para órgãos da administração pública direta e indireta do Estado de Minas Gerais, no desenvolvimento e na manutenção de diversas soluções tecnológicas, as quais agilizam a prestação de serviços públicos, melhoram a relação do cidadão com o Governo e aumentam a capilaridade da administração, garantindo a presença governamental em toda a vasta extensão do território mineiro.

Em 2019, a partir da elaboração do Planejamento Estratégico da Companhia contemplando o período de 2020 a 2024, alinhado às novas diretrizes da administração, a Missão, Visão e Valores da Prodemge foram reformulados, ressaltando o caráter da Companhia como protagonista na transformação digital do Estado:

- Missão: Prover o estado de Minas Gerais com as melhores e mais eficientes soluções de TI para o benefício do cidadão.
- Visão: Ser protagonista do processo de transformação digital do estado de Minas Gerais, consolidando-se como inteligência de TI na gestão pública até 2022.
- Valores: Qualidade, Integridade, Comprometimento, Meritocracia, Foco no Resultado, Inovação.

### 2. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A administração da Prodemge é exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, composta por duas diretorias e um diretor-presidente. O Diretor Administrativo e Financeiro e o Diretor Técnico foram selecionados em 2019 por meio do Transforma Minas, programa de gestão por mérito e

competência do governo de Minas Gerais, sendo um dos selecionados empregado de carreira da Companhia.

O Conselho Fiscal é órgão de assessoramento à Assembleia Geral de Acionistas, e possui caráter consultivo e fiscalizatório.

As competências dos órgãos estatutários estão devidamente especificadas no Estatuto Social da Companhia.

A Auditoria Interna da Prodemge atua na avaliação da conformidade dos agentes de governança às normas aplicáveis e na recomendação do aperfeiçoamento de controles, regras e procedimentos. A Prodemge contrata, mediante licitação, empresa de auditoria independente para avaliar suas demonstrações contábeis.

O Comitê de Auditoria Estatutário é órgão permanente de suporte ao Conselho de Administração, no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente.

Em 2019 destacam-se as seguintes ações:

- Treinamento dos administradores e empregados no Código de Conduta e Integridade;
- Treinamento dos administradores nas políticas: Divulgação de Informações, Porta-Vozes, Gestão de Riscos e Metodologia de Gerenciamento de Riscos e Gestão de Pessoas e Distribuição de Dividendos;
- Treinamento dos administradores, membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário em legislação societária e de mercado de capitais, licitações e contratos, divulgação de informações e Lei Federal 12.846/13, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública;
- Aprovação da Política de Transações com Partes Relacionadas pelo Conselho de Administração;
- Aprovação do Orçamento Anual pelo Conselho de Administração;
- Implantação do Canal de Ouvidoria da Companhia para recebimento de elogios, sugestões, solicitações, reclamações e denúncias.
- Elaboração do Planejamento Estratégico para 2020-2024;
- Estabelecimento da Estratégia de Longo Prazo 2020-2024 e do Plano de Negócios 2020;

### **3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

No exercício de 2019, a Prodemge passou por mudança dos membros de sua estrutura de governança, em decorrência da alteração no governo estadual após as eleições. Neste período, desde os primeiros meses da nova gestão, foram realizadas ações para otimização de recursos, aumento da sustentabilidade e eficiência.

- ✓ **Reestruturação organizacional**  
Redução do número de unidades operacionais, inclusive de diretorias, passando de quatro para duas diretorias, de vinte e duas para onze superintendências e de setenta e uma para trinta gerências.
- ✓ **Readequação de Pessoal**  
Redução do quadro de pessoal realizada a partir da reestruturação organizacional, resultou em uma diminuição de 36,65% do quadro, sobretudo de recrutamento amplo e terceirizados, além de um corte na quantidade de ocupantes de cargos comissionados na ordem de 13%.
- ✓ **Redução dos gastos da Diretoria**  
Devolução dos carros alugados para atendimento exclusivo à Diretoria Executiva, e dispensa ou realocação dos motoristas dedicados a essa atividade. Os carros de propriedade da Prodemge foram encaminhados a leilão e o valor arrecadado direcionado ao caixa da Companhia.
- ✓ **Cancelamento de Aquisições Desnecessárias**  
Readequação dos processos de aquisição, com cancelamento de contratações consideradas desnecessárias.
- ✓ **Fim da impressão do Diário Oficial**  
Extinção da versão impressa do Jornal Diário Oficial de Minas Gerais. Além da extinção dos gastos com papéis e demais recursos nocivos ao meio ambiente, outra evidência de melhoria no uso dos recursos com essa ação foi o encerramento de pagamentos de multas para companhia de água, por questões de eliminação de resíduos decorrentes dos equipamentos gráficos.
- ✓ As medidas de otimização de recursos realizadas possibilitaram uma relação comercial mais pragmática, promovendo readequação de custos que resultaram em uma redução de 24% nos preços praticados nos serviços fornecidos aos clientes.

Além das ações para otimização dos recursos, os projetos desenvolvidos pela Prodemge também focaram em maior eficiência e inovação para atendimento ao Estado e ao cidadão. A transformação digital está priorizada nas ações da Companhia. Como empresa de inteligência de TI que detém a expertise nos negócios de secretarias e entidades do governo, a Prodemge tem investido em projetos para utilizar esse conhecimento no desenvolvimento de soluções inovadoras com foco no cidadão.

#### **a) Programa MG Digital**

O Programa MG Digital, lançado em 2019, tem o objetivo de garantir a eficiência no desenvolvimento de soluções tecnológicas que suportem os serviços governamentais, promovendo a digitalização desses serviços e propiciando a desburocratização.

Neste ano, teve início a fase de implantação de um dos projetos relacionados ao Programa, o MG API – Plataforma de APIs de Minas Gerais. O principal objetivo do MG API é conectar os dados entre órgãos e entidades de governo e entre governo e iniciativa privada. Além de promover a transformação digital dos serviços públicos e aumentar sua eficiência, a plataforma propiciará a redução da burocracia, o fomento da transparência, e o estímulo ao ecossistema de inovação.

#### **b) Aplicativo MGapp**

O aplicativo MGapp desenvolvido pela Prodemge, oferece acesso a serviços públicos da esfera estadual ao cidadão. Ele passou a agregar em 2019 novos serviços, atuando como um canal de atendimento para facilitar a solução de mais demandas ligadas aos serviços públicos e a busca por informações.

#### **c) Aplicativo MG Barragens**

O aplicativo MG Barragens foi desenvolvido e disponibilizado pela Prodemge para acesso aos órgãos do Estado e também para a população. O aplicativo mostra informações sobre todas as barragens de MG, além da localização de escolas estaduais, unidades de saúde estaduais, delimitação de municípios, e várias outras informações. A partir dessas informações, é possível gerar análises que possam resultar em planos e estratégias que evitem ou minimizem tragédias.

#### **d) Diário Oficial Digital**

O Diário Oficial foi disponibilizado em meio eletrônico para todo cidadão, inclusive pelo MGapp.

#### **e) Reconhecimento facial**

A tecnologia de reconhecimento facial desenvolvida pela Prodemge apoiou as ações de segurança dos eventos da Copa América em Belo Horizonte, para identificação, por policiais, de indivíduos suspeitos, oferecendo maior segurança aos cidadãos.

#### **f) Tramitação digital de documentos**

A Prodemge é a primeira empresa estatal a aderir ao Processo Eletrônico Nacional, sendo Minas Gerais o primeiro Estado. Esse processo integra o governo nos níveis estadual e federal, promovendo a tramitação digital de um documento através da utilização dos SEIs (Sistema Eletrônico de Informações) dos poderes Executivo e Judiciário e Ministério Público.

Os benefícios são redução de uso de papel, menor tempo de tramitação, maior agilidade e produtividade nos órgãos públicos.

#### **g) CRLV Digital**

Com a atuação da Prodemge, o Detran-MG implanta a versão digital do CRLV, inserindo mais um serviço digital do Detran à disposição do cidadão, reduzindo custos e aumentando nossa eficiência.

### **4. ESTRATÉGIA CORPORATIVA**

Em 2019 a Companhia deu foco à elaboração de um planejamento estratégico, robusto e condizente com o cenário atual. O Planejamento Estratégico 2020-2024, contou com a participação ativa dos conselheiros administrativos, dos diretores e dos gestores em todas as reuniões, com o ideal de aumentar a relevância e a sustentabilidade da organização. Desse trabalho resultou a construção do Mapa Estratégico, estruturado de acordo com a metodologia Balanced ScoreCard (BSC), contendo ações focadas em soluções inovadoras para a sociedade, promoção da agilidade e eficiência nos processos internos e fomento a valorização das pessoas.

O Mapa Estratégico contempla cinco perspectivas, desdobradas em onze temas a partir dos quais foram definidos doze objetivos estratégicos. Dezessete projetos foram estabelecidos para possibilitar o alcance dos objetivos, os quais terão acompanhamento sistemático dos administradores.

As perspectivas estabelecidas no Mapa Estratégico são:

- a) Inovação para a Sociedade
- b) Resultado Financeiro
- c) Cliente e Mercado
- d) Governança e Processos Internos
- e) Pessoas e Recursos Tecnológicos

Além disso, como continuidade do trabalho coletivo de construção que vem sendo realizado desde o início do ano, foram estabelecidas Metas Globais para o exercício fiscal de 2019.

O estabelecimento das Metas Globais marca uma significativa evolução nos processos de gestão da Companhia. Além de inserir a cultura de monitoramento por metas no ambiente corporativo, viabiliza a implantação de modelo de pagamento de bonificação por meio de cumprimento de metas.

O resultado das Metas Globais de 2019 ocorreu conforme se segue:

Descrição	Meta estabelecida	Realizado
Faturamento	102,0%	103,8%
Margem EBITDA	18,0%	20,0%
Faturamento Fora Poder Executivo do Estado MG	8,5%	8,1%
Produtividade por Empregado	R\$ 300 mil	R\$ 317,4 mil

## 5. ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

O fechamento das demonstrações financeiras de 2019, confirmaram que as ações realizadas pela Companhia durante o ano geraram impacto positivo, proporcionando um crescimento do lucro bruto de R\$30.979.711, representando aumento de 59,7% em relação ao ano de 2018, bem como uma receita operacional líquida no valor de R\$255.280.446 no fechamento do exercício. O Ebtida ajustado (conforme Instrução CVM 527/12 – art. 4º), com valor de R\$51.166.374, índice 20,0%, apresentou aumento em comparação ao ano anterior em cerca de 284,3%.

Como resultado das medidas de redução de custos, pode-se observar uma queda de 16,4% nas despesas operacionais da Companhia, bem como uma redução nos custos na ordem de 14,2%, com destaque para a redução nos custos e despesas com aluguel de equipamentos em torno de 59%, materiais na faixa de 65%, serviços de terceiros em 45% e manutenção de equipamentos em torno de 65%.

Ademais, a Companhia apurou um lucro líquido em 2019 de R\$7.676.523, enquanto no exercício 2018 o prejuízo líquido registrado foi de R\$10.035.069, após reapresentação, em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

## 6. AGRADECIMENTOS

A Administração da Prodemge agradece aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, ao acionista majoritário representado pela Advocacia-Geral do Estado, aos demais acionistas, a confiança e apoio indispensáveis para o desenvolvimento contínuo alcançado pela Prodemge.

Aos clientes e fornecedores, o agradecimento pela confiança e fidelidade, destacando seu propósito de retribuir com serviços e atendimento diferenciados.

Ao corpo funcional, a Companhia expressa seu agradecimento e reconhecimento pelo empenho e dedicação.

## 7. ASSINATURAS

**Geraldo Gilson Maciel Ribeiro**  
Diretor  
Diretoria Administrativa e Financeira

**Ladimir Lourenço dos Santos Freitas**  
Diretor  
Diretoria Técnica

**Rodrigo Antônio de Paiva**  
Diretor-presidente  
Presidência

## BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(em milhares de reais)

ATIVO	N/E	2019	2018	01/01/2018
			Reapres.	Reapres.
<b>CIRCULANTE</b>		<b>166.103</b>	<b>205.510</b>	<b>196.000</b>
Caixa e equivalente de caixa	5	41.997	4.458	35.411
Contas a receber de clientes	6	68.892	150.774	102.584
Serviços a faturar	7	50.471	42.841	52.081
Estoques	9	732	1.587	1.647
Impostos a recuperar	10	33	2.023	2.578
Créditos Pis/Cofins	11	802	1.443	980
Despesas a Apropriar		336	351	66
Ativos de Contratos	12	22.286	1.156	-
Devedores diversos		555	788	652
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>41.616</b>	<b>45.460</b>	<b>42.572</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>				
Depósitos judiciais	13	6.741	6.168	542
Investimentos	14	313	313	1
Imobilizado	15	30.217	35.984	37.270
Intangível	16	4.345	2.995	4.759
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>207.719</b>	<b>250.970</b>	<b>238.572</b>
PASSIVO	N/E	2019	2018	01/01/2018
			Reapres.	Reapres.
<b>CIRCULANTE</b>		<b>77.312</b>	<b>104.312</b>	<b>105.987</b>
Fornecedores	17	11.895	38.425	32.422
Obrigações sociais e trabalhistas	18	23.386	23.041	36.781
Obrigações fiscais	19	23.062	17.716	10.313
Provisão de Férias e 13º Sal		12.892	14.933	14.093
Refis	20	-	2.386	2.252
Passivo Atuarial Libertas	21	5.087	6.648	8.154
Obrigações Diversas		990	1.163	1.973
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>52.917</b>	<b>61.983</b>	<b>76.970</b>
Refis	20	-	15.510	18.580
Passivo Atuarial Libertas	21	18.288	21.193	23.572
IRPJ/CSLL diferidos	23	9.853	5.292	17.895
Obrigações diversas	24	-	4.914	4.821
Benefício pós emprego	25	16.349	5.173	3.847
Provisão p/ processos judiciais	26	8.427	9.900	8.255
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>77.491</b>	<b>84.676</b>	<b>55.614</b>
Capital social	27.a	97.540	97.540	77.228
Reserva de Capital	27.b	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	27.c	(13.683)	1.192	(3.847)
Reserva de Reavaliação	27.d	10.295	10.322	10.348
Lucros ou Prejuízos Acumulados	27.e	(16.662)	( 24.378)	(28.115)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>207.719</b>	<b>250.970</b>	<b>238.572</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(em milhares de reais)

Demonstração de Resultado	N/E	2019	2018
			Reapres.
<b>Receita operacional líquida</b>	28	<b>255.280</b>	<b>252.912</b>
(-) Custo dos serviços prestados	29	(172.473)	(201.084)
<b>(=) Lucro bruto</b>		<b>82.807</b>	<b>51.827</b>
Despesas administrativas e gerais	30	40.895	(48.940)
Provisão para processos judiciais		1.473	(1.645)
Despesas tributárias		(446)	(1.065)
PECLD	32	(33.415)	-
Outras receitas/despesas operacionais	33	16.601	4.258
<b>(=) Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>26.126</b>	<b>4.436</b>
Receitas financeiras	31	1.657	2.431
Despesas financeiras	31	(4.836)	(10.443)
<b>(=) Lucro antes dos impostos</b>		<b>22.947</b>	<b>(3.576)</b>
IRPJ diferido		(570)	534
CSLL diferida		(205)	192
IRPJ	34	(10.410)	(5.145)
CSLL	34	(4.086)	(2.040)
<b>(=) Resultado do Exercício</b>		<b>7.677</b>	<b>(10.035)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(em milhares de reais)

Demonstração de Resultado Abrangente	2019	2018
Lucro líquido do exercício	7.677	(10.035)
Outros resultados abrangentes		
Ajuste de avaliação atuarial	(14.875)	(5.039)
<b>TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO</b>	<b>(7.199)</b>	<b>(4.996)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(em milhares de reais)

	2019	2018
		Reapres.
<b>ATIVIDADE OPERACIONAL</b>		
Resultado Líquido antes do IRPJ/CSLL	22.947	(3.576)
Depreciação/amortização	9.742	10.978
Depreciação reavaliação	40	40
Baixa não monetária – imobilizado/almoxarifado	195	19
Despesas de juros		94
Provisão para processos judiciais		1.645
Reversão provisão para processos judiciais	(1.473)	
PECLD	33.415	
Provisão IRPJ/CSLL diferidos	775	(726)
Ativo de contrato	(1.130)	760
Ganho com prescrição	(119)	(1.542)
Benefício pós emprego		(2.253)
Serviços realizados a faturar	(9.807)	9.239
Ganho com bens em substituição	(26)	
Ajuste de exercícios anteriores	(14.559)	11.816
<b>Resultado Ajustado</b>	<b>40.000</b>	<b>26.494</b>
<b>Varição das contas de Ativo</b>		
Contas a receber de clientes	50.645	(48.190)
Estoques	661	61
Impostos a recuperar	1.990	555
Créditos Pis/Cofins	641	(463)
Depósitos judiciais	(573)	(5.589)
Demais contas a receber	248	(403)
<b>Varição das contas de Passivo</b>		
Fornecedores	(26.036)	8.815
Impostos a recolher	20.011	7.403
Salários e encargos sociais	(1.695)	(2.523)
Parcelamento de débitos – Libertas	(4.466)	(3.885)
Parcelamento de débitos - Refis	(17.896)	(2.936)
IRPJ e CSLL diferidos		(12.080)
Pasep a recolher	(4.914)	
Outras Contas a pagar	(60)	(810)
IRPJ e CSLL do Exercício	(14.496)	(7.185)
IRPJ e CSLL do Diferidos	(775)	726
<b>RECURSOS LÍQUIDOS DA ATIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>43.282</b>	<b>(40.011)</b>
<b>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>		
Aumento de Capital Social		20.000
<b>RECURSOS LÍQUIDOS DA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>		<b>20.000</b>
<b>ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>		
Aumento/Compra do ativo Imobilizado	(2.864)	(10.488)
Aumento/Compra do Ativo Intangível	(2.969)	(365)
<b>RECURSOS LÍQUIDOS DA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>	<b>(5.833)</b>	<b>(10.853)</b>
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>37.449</b>	<b>(30.863)</b>
Demonstração da variação líquida de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	4.548	35.411
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do período	41.997	4.548
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>37.449</b>	<b>(30.863)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Reserva de Capital**	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldo em 01/01/2018 - conforme apres. anterior</b>	<b>77.228</b>	<b>10.348</b>		<b>(3.847)</b>	<b>(21.500)</b>	<b>62.229</b>
Ajuste da retificação de erros (nota 27.e)					(6.615)	(6.615)
<b>Saldo em 01/01/2018 - Reapresentado</b>	<b>77.228</b>	<b>10.348</b>		<b>(3.847)</b>	<b>(28.115)</b>	<b>55.614</b>
Aumento de Capital Social	20.312					20.312
Ajuste de Exercícios Anteriores						
Saldo de abertura - CPC 47					1.916	1.916
Ajuste de exercícios anteriores					11.816	11.816
Realização da Reserva de Reavaliação		(26)			40	14
Ágio na emissão de ações						
Outros Resultados Abrangentes						
Ajuste de Avaliação atuarial				5.039		5.039
Lucro Líquido do Exercício					(10.035)	(10.035)
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>97.540</b>	<b>10.322</b>		<b>1.192</b>	<b>(24.378)</b>	<b>84.676</b>
Realização da Reserva de Reavaliação		(27)			40	13
Ágio na emissão de ações			( )			( )
Outros Resultados Abrangentes						
Ajuste de Avaliação atuarial				(14.875)		(14.875)
Lucro Líquido do Exercício					7.677	7.677
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>97.540</b>	<b>10.294</b>		<b>(13.683)</b>	<b>(16.662)</b>	<b>77.490</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto outro modo indicado)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge, criada pela Lei Estadual nº 6.003, de 12 de outubro de 1972, é uma sociedade de economia mista com sede na cidade de Belo Horizonte, MG. Suas atividades compreendem a execução dos serviços de tecnologia da informação para órgãos e entidades da administração pública e iniciativa privada, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Estado de Minas Gerais, acionista majoritário. Em sintonia com os programas de Governo, a Prodemge tem como missão propiciar o desenvolvimento contínuo da administração pública por meio de soluções em tecnologia da informação e comunicação em benefício do cidadão no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Dentre os segmentos de atuação da Companhia destacam-se os serviços de data center, sistemas de informação, rede, business intelligence, infraestrutura e certificação digital.

No exercício de 2019, a Prodemge, juntamente com o Governo de Minas Gerais, deu um passo importante na sua transformação digital, extinguindo a impressão do Jornal Minas Gerais. A Companhia suspendeu o convênio com a extinta Secretaria de Casa Civil e Relações Institucionais (atual Secretaria de Governo - Segov), pelo qual a empresa absorveu a prestação de serviços gráficos da extinta Imprensa Oficial.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, abrangendo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Estas demonstrações foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 14 de fevereiro de 2020.

#### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

#### 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

#### 2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CFC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores

reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas 06 e 07 – Contas a receber e serviços a faturar
- Nota 25 – Mensuração de obrigações de benefícios definidos
- Nota 26 – Processos judiciais

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

- a) Caixa e equivalente de caixa compreendem os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. Esses valores são registrados ao custo de aquisição, acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço, e não excedem o respectivo valor de mercado.
- b) O imobilizado da Companhia está demonstrado ao custo de aquisição, reavaliado com base em avaliação efetuada por peritos independentes, em relação às contas de terrenos, edificações/instalações, deduzido da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 15, e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor residual do imobilizado e são reconhecidos líquidos como outras receitas (despesas) no resultado. O valor contábil líquido do Ativo Imobilizado é avaliado segundo os preceitos do CPC 27 – Ativo Imobilizado e não excedem o seu valor recuperável, em conformidade com as disposições do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.
- c) O Intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de software e licenças de uso, os quais são amortizados levando-se em conta uma vida útil estimada de 10 anos. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.
- d) Os ativos que estão sujeitos à depreciação e à amortização são revisados para a verificação de impairment ao final de cada exercício contábil. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).
- e) Os bens do almoxarifado foram avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, não ultrapassando, portanto, os preços de mercado.
- f) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado apurado do exercício pelo regime de competência.
- g) O reconhecimento dos processos trabalhistas é constituído com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, por valores julgados pelos administradores e assessores jurídicos internos como suficientes para a sua cobertura.

- h) Os demais ativos e passivos encontram-se devidamente contabilizados no circulante e não circulante, pelos seus respectivos valores de mercado, registrados com base em índices contratuais até a data do balanço.
- i) A Companhia possui benefícios pós-emprego caracterizados com planos de complementação de aposentadoria, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a NBCTG 33 (R2) – Benefícios a Empregados, sendo considerada Patrocinadora destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:
- Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade patrocinada. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
  - Plano de Benefício Definido e Saldado: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço.
  - A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Companhia, através do método da unidade de crédito projetada. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes.
  - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), implantado no ano de 2019, foram constituídas de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração, que inclui a análise das faturas a receber vencidas e incertas quanto ao seu recebimento. O cálculo considera as faturas vencidas, utilizando-se o critério temporal. Com base no histórico, os valores vencidos há mais de 04 anos possuem maior possibilidade de não recebimento e, portanto, compõem a PECLD, salvo naqueles casos em que haja manifestação formal de pagamento por parte do cliente.

### 3.1 PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

- **CPC 06 – R2 9IFRS 16) Operações de arrendamento mercantil**

Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 e revoga o CPC 06 – R1 (IAS 17) e correspondentes interpretações. A Companhia não possui contratos de arrendamento, assim, a adoção desta norma contábil não trouxe impactos no reconhecimento das receitas e, conseqüentemente, nas demonstrações contábeis da Companhia.

### 4. RETIFICAÇÃO DE ERROS

A Companhia refez a apuração do Lucro real e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos exercícios de 2017 e 2018 e desses anos e identificou novos montantes dos tributos IRPJ e CSLL a recolher.

Os erros foram corrigidos pela reapresentação dos valores correspondentes relativos aos exercícios anteriores apresentados para fins de comparação, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, conforme demonstrado a seguir:

**ATIVO**

	<b>31/12/2017</b>	<b>Ajustes</b>	<b>01/01/2018</b>
	<b>Original</b>		<b>Reapresentado</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalente de caixa	35.410.999		35.410.999
Clientes - contas a receber	102.584.424		102.584.424
Serviços realizados a faturar	52.080.514		52.080.514
Estoques	1.647.475		1.647.475
Impostos a recuperar	2.578.302		2.578.302
Créditos Pis/Cofins	980.146		980.146
Devedores diversos	652.117		652.117
Ativos de contratos	-		-
Despesas do exercício seguinte	66.408		66.408
	<b>196.000.385</b>	<b>-</b>	<b>196.000.385</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Realizável a longo prazo	541.786		541.786
Investimentos	900		900
Imobilizado	37.270.282		37.270.282
Intangível	4.758.752		4.758.752
	<b>42.571.720</b>	<b>-</b>	<b>42.571.720</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>238.572.105</b>	<b>-</b>	<b>238.572.105</b>

**PASSIVO**

	<b>31/12/2017</b>	<b>Ajustes</b>	<b>01/01/2018</b>
	<b>Original</b>		<b>Reapresentado</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	32.421.933		32.421.933
Obrigações sociais e trabalhistas	36.780.707		36.780.707
Obrigações fiscais	3.698.412	6.614.813	10.313.225
Provisão de férias	14.092.961		14.092.961
REFIS	2.252.096		2.252.096
Passivo atuarial Libertas	8.153.613		8.153.613
Demais contas a pagar	1.972.932		1.972.932
	<b>99.372.654</b>	<b>6.614.813</b>	<b>105.987.467</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
REFIS	18.579.789		18.579.789
Passivo atuarial Libertas	23.572.380		23.572.380
Provisão p/IRPJ e CSLL diferidos	17.895.376		17.895.376
Obrigações sociais	4.820.603		4.820.603
Benefício Pós-Emprego	3.847.038		3.847.038
Provisão para processos judiciais	8.255.190		8.255.190
	<b>76.970.376</b>		<b>76.970.376</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social realizado	77.227.838		77.227.838
Reserva de capital	-		-
Ajuste avaliação atuarial	(3.847.038)		(3.847.038)
Reserva de reavaliação	10.348.231		10.348.231
Lucro/Prejuízo Acumulado	(21.499.956)	(6.614.813)	(28.114.769)
	<b>62.229.075</b>	<b>(6.614.813)</b>	<b>55.614.262</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>238.572.105</b>	<b>-</b>	<b>238.572.105</b>

**ATIVO**

	<b>31/12/2018</b>	<b>Ajustes</b>	<b>31/12/2018</b>
	<b>Original</b>		<b>Reapresentado</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalente de caixa	4.547.652		4.547.652
Cientes - contas a receber	150.774.321		150.774.321
Serviços realizados a faturar	42.841.323		42.841.323
Estoques	1.586.700		1.586.700
Impostos a recuperar	2.022.921		2.022.921
Créditos Pis/Cofins	1.443.048		1.443.048
Devedores diversos	787.718		787.718
Ativos de contratos	1.155.512		1.155.512
Despesas do exercício seguinte	350.870		350.870
	<b>205.510.065</b>	<b>-</b>	<b>205.510.065</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Realizável a longo prazo	6.167.585		6.167.585
Investimentos	313.310		313.310
Imobilizado	35.984.276		35.984.276
Intangível	2.995.242		2.995.242
	<b>45.460.413</b>	<b>-</b>	<b>45.460.413</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>250.970.478</b>	<b>-</b>	<b>250.970.478</b>

**PASSIVO**

	<b>31/12/2018</b>	<b>Ajustes</b>	<b>31/12/2018</b>
	<b>Original</b>		<b>Reapresentado</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	38.425.452		38.425.452
Obrigações sociais e trabalhistas	23.040.835		23.040.835
Obrigações fiscais	3.156.593	14.559.362	17.715.955
Provisão de férias	14.933.010		14.933.010
REFIS	2.386.181		2.386.181
Passivo atuarial Libertas	6.647.653		6.647.653
Demais contas a pagar	1.162.918		1.162.918
	<b>89.752.642</b>	<b>14.559.362</b>	<b>104.312.004</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
REFIS	15.510.176		15.510.176
Passivo atuarial Libertas	21.193.023		21.193.023
Provisão p/IRPJ e CSLL diferidos	5.292.157		5.292.157
Obrigações sociais	4.914.366		4.914.366
Benefício Pós-Emprego	5.173.171		5.173.171
Provisão para processos judiciais	9.899.899		9.899.899
	<b>61.982.792</b>		<b>61.982.792</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social realizado	97.540.247		97.540.247
Reserva de capital	1		1
Ajuste avaliação atuarial	1.191.727		1.191.727
Reserva de reavaliação	10.321.837		10.321.837
Lucro/Prejuízo Acumulado	(9.818.768)	(14.559.362)	(24.378.130)
	<b>99.235.044</b>	<b>(14.559.362)</b>	<b>84.675.682</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>250.970.478</b>	<b>-</b>	<b>250.970.478</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS**

	<b>2018</b>	<b>Ajuste</b>	<b>2018</b>
	<b>Anterior</b>		<b>Reapresentado</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>			
Prestação de serviços	297.833.153		297.833.153
Vendas canceladas	(757.239)		(757.239)
Impostos incidentes	(44.164.170)		(44.164.170)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>252.911.744</b>	<b>-</b>	<b>252.911.744</b>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>(201.084.388)</b>		<b>(201.084.388)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>51.827.356</b>	<b>-</b>	<b>51.827.356</b>
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
Despesas administrativas e gerais	(48.939.808)		(48.939.808)
Despesas financeiras	(9.265.026)	(1.178.181)	(10.443.207)
Receitas financeiras	2.431.171		2.431.171
Reversão da provisão para processos judiciais	-		-
Provisão para processos judiciais	(1.644.709)		(1.644.709)
Despesas tributárias	(1.064.765)		(1.064.765)
PECLD			-
Outras receitas/despesas operacionais	4.257.676		4.257.676
	<b>(54.225.461)</b>	<b>(1.178.181)</b>	<b>(55.403.642)</b>
<b>LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(2.398.105)</b>	<b>(1.178.181)</b>	<b>(3.576.286)</b>
Provisão IRPJ diferido	533.949		533.949
Provisão CSLL diferida	192.222		192.222
Imposto de Renda	(253.938)	(4.891.239)	(5.145.177)
Contribuição Social	(164.648)	(1.875.128)	(2.039.776)
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(2.090.520)</b>	<b>(7.944.549)</b>	<b>(10.035.069)</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

	<b>2018</b>	<b>Ajuste</b>	<b>2018</b>
			<b>Reapresentado</b>
<b>PREJUÍZO/LUCRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(2.090.520)</b>	<b>(7.944.549)</b>	<b>(10.035.069)</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>			
Ajuste avaliação atuarial	5.038.765		5.038.765
<b>TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.948.245</b>	<b>(7.944.549)</b>	<b>(4.996.304)</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

DESCRIÇÃO	Capital Social Realizado	Reserva de Reavaliação	Reserva de Capital	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total
<b>SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2018, CONFORME APRESENTADO ANTERIORMENTE</b>	<b>77.227.838</b>	<b>10.348.231</b>	-	<b>(3.847.038)</b>	<b>(21.499.956)</b>	<b>62.229.075</b>
Ajuste da retificação de erros (nota 27.e)	-	-	-	-	(6.614.813)	<b>(6.614.813)</b>
<b>SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2018 REAPRESENTADO</b>	<b>77.227.838</b>	<b>10.348.231</b>	-	<b>(3.847.038)</b>	<b>(28.114.769)</b>	<b>55.614.262</b>
Aumento do Capital Social	20.312.409					<b>20.312.409</b>
Ajuste de exercícios anteriores						
. Saldo de abertura - CPC 47					1.915.517	<b>1.915.517</b>
. Ajuste de exercícios anteriores					11.816.199	<b>11.816.199</b>
Realização da reserva de reavaliação		(26.394)			39.992	<b>13.598</b>
Ágio emissão ações			1			<b>1</b>
Outros resultados abrangentes						
. Ajuste de avaliação atuarial				5.038.765		<b>5.038.765</b>
Prejuízo do exercício reapresentado					(10.035.069)	<b>(10.035.069)</b>
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 REAPRESENTADO</b>	<b>97.540.247</b>	<b>10.321.837</b>	<b>1</b>	<b>1.191.727</b>	<b>(24.378.130)</b>	<b>84.675.682</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS - MÉTODO INDIRETO**

	2018	Ajuste	2018 Reapresentado
<b>ATIVIDADE OPERACIONAL</b>			
Resultado Líquido antes do IRPJ e CSLL	(2.398.105)	(1.178.181)	(3.576.286)
Depreciação e amortização	10.978.203		10.978.203
Depreciação Reavaliação	39.992		39.992
Baixa não monetária imobilizado/almoxarifado	18.737		18.737
Despesas de juros	93.764		93.764
Provisão para processos judiciais	1.644.709		1.644.709
Reversão provisão para processos judiciais	-		-
PCELD	-		-
IRPJ/CSLL diferidos	(726.170)		(726.170)
Ativo de contrato	760.005		760.005
Ganho com prescrição	(1.541.910)		(1.541.910)
Benefício pós emprego	(2.252.845)		(2.252.845)
Serviços realizados a faturar	9.239.191		9.239.191
Ganho com bens em substituição			
Ajuste de exercícios anteriores	11.816.199		11.816.199
<b>RESULTADO AJUSTADO</b>	<b>27.671.771</b>	<b>(1.178.181)</b>	<b>26.493.590</b>
<b>Redução (aumento) nas contas de ativos</b>	<b>(54.028.807)</b>		<b>(54.028.807)</b>
Contas a receber de clientes	(48.189.897)		(48.189.897)
Estoques	60.775		60.775
Impostos a recuperar	555.381		555.381
Créditos Pis/Cofins a utilizar	(462.902)		(462.902)
Depósitos judiciais	(5.589.300)		(5.589.300)
Demais contas a receber	(402.864)		(402.864)
<b>Aumento (Redução) nas contas de passivos</b>	<b>(13.961.111)</b>		<b>(6.016.562)</b>
Fornecedores	8.815.189		8.815.189
Impostos a recolher	(541.819)	7.944.549	7.402.730
Salários e encargos sociais	(2.523.203)		(2.523.203)
Parcelamento de débitos - Libertas (Passivo Atuarial)	(3.885.317)		(3.885.317)
Parcelamento de débitos - Refis	(2.935.529)		(2.935.529)
IRPJ e CSLL diferidos	(12.080.419)		(12.080.419)
Pasep a Recolher			
Outras contas a pagar	(810.013)		(810.013)
IRPJ e CSLL do Exercício	(418.586)	(6.766.367)	(7.184.953)
IRPJ e CSLL Diferidos	726.170		726.170
<b>Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais</b>	<b>(40.010.563)</b>	<b>-</b>	<b>(40.010.562)</b>
<b>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>			
Aumento de Capital Social	20.000.000		20.000.000
<b>Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamento</b>	<b>20.000.000</b>	<b>-</b>	<b>20.000.000</b>
<b>ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>			
Aumento do ativo imobilizado	(10.488.226)		(10.488.226)
Aumento do ativo intangível	(364.559)		(364.559)
<b>Recursos líquidos gerados pelas atividades de investimentos</b>	<b>(10.852.785)</b>	<b>-</b>	<b>(10.852.785)</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(30.863.347)</b>	<b>-</b>	<b>(30.863.347)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA</b>			
No início do período	<b>35.410.999</b>		<b>35.410.999</b>
No fim do período	<b>4.547.652</b>		<b>4.547.652</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(30.863.347)</b>	<b>-</b>	<b>(30.863.347)</b>

## 5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2019	2018
Caixa e bancos	398	32.955
Aplicações Financeiras		
. Certificados de Depósitos Bancários - CDB's	32.844.577	4.407.190
. Fundos de Investimentos	9.052.099	107.507
. Conta Poupança - Convênio	100.000	-
<b>Total</b>	<b>41.997.074</b>	<b>4.547.652</b>

O Caixa e Equivalente de Caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Os certificados de depósitos bancários - CDB's Flex Empresarial, da Caixa Econômica Federal, são classificados como disponibilidades por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, assim como os Fundos de Investimentos de renda fixa.

Em 2019, a Companhia firmou convênio CV-138/00 com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais - AGE para desenvolvimento de solução tecnológica, onde a Companhia participa com contraprestação econômica e a AGE participa com a contraprestação financeira. Decorrente disso, foi registrada uma conta poupança na parcela de R\$100.000,00 referente à contrapartida financeira repassada pela AGE e em conta de Passivo, Convênio AGE (grupo de contas Demais Contas a pagar).

## 6. CONTAS A RECEBER

	2019		2018	
	Saldo contábil	Vencidos há mais de 04 anos (PECLD)	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Estado de Minas Gerais:</b>				
Administração Direta	95.081.362	31.142.242	63.939.120	139.383.381
Administração Indireta	3.625.061	9.652	3.615.409	9.081.423
Outros	32.393	-	32.393	281.039
<b>Total Estado</b>	<b>98.738.816</b>	<b>31.151.894</b>	<b>67.586.922</b>	<b>148.745.843</b>
<b>Extra Estado</b>				
Prefeituras	1.265.036	85.568	1.179.468	1.911.316
Iniciativa Privada	125.598	-	125.598	117.162
<b>Total Extra Estado</b>	<b>1.390.634</b>	<b>85.568</b>	<b>1.305.066</b>	<b>2.028.478</b>
<b>Total</b>	<b>100.129.450</b>	<b>31.237.461</b>	<b>68.891.988</b>	<b>150.774.321</b>

No exercício de 2019, a Companhia implementou a Política de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), onde as provisões e perdas foram mensuradas e reconhecidas a partir da análise do histórico dos recebimentos, com o objetivo de exercer o julgamento adequado dos saldos. O montante registrado foi de R\$31.237.461.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui créditos vencidos e a vencer no montante de R\$68.891.988, ajustado da PECLD, sendo que para o ano de 2018 o montante era de R\$150.774.321, referentes a serviços prestados substancialmente a órgãos e entidades da administração pública do Estado de Minas Gerais.

A segregação da composição do Contas a Receber, conforme prazo de realização, está demonstrada abaixo:

	<b>2019</b>
A vencer	2.241.461
Até 30 dias:	21.751.408
De 31 até 60 dias:	1.716.644
De 61 até 90 dias:	4.585.571
De 91 até 120 dias:	4.328.430
Acima de 120 dias:	65.505.936
<b>Total</b>	<b>100.129.450</b>

## 7. SERVIÇOS REALIZADOS A FATURAR

Os serviços prestados e entregues aos clientes durante o exercício de 2019 que não foram faturados estão contabilizados a título de Serviços Realizados a Faturar, totalizando R\$50.470.888 em 2019 e R\$42.841.323 em 2018. Desse montante registrado, temos a seguinte composição:

	<b>2019</b>		<b>2018</b>	
	<b>Saldo Contábil</b>	<b>Vencidos há mais de 04 anos (PECLD)</b>	<b>Valor Líquido</b>	<b>Valor Líquido</b>
Prestação de serviço sem cobertura contratual	32.650.481	2.177.442	30.473.039	21.862.354
Prestação de serviço mês dez faturado em jan	19.997.849	-	19.997.849	20.978.969
<b>Total</b>	<b>52.648.330</b>	<b>2.177.442</b>	<b>50.470.888</b>	<b>42.841.323</b>

No exercício de 2019, a Companhia implementou a Política de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), onde as provisões foram mensuradas e reconhecidas a partir da análise do histórico das regularizações contratuais, com o objetivo de exercer o julgamento adequado dos saldos. O montante registrado foi de R\$2.177.442.

## 8. PARTES RELACIONADAS

### 8.1) Ativo, Passivo e Resultado

Natureza das operações com partes relacionadas:

. Estado de Minas Gerais

- a) Prestação de serviço de tecnologia da informação (nota explicativa 06 e 07)
- b) Aluguel Condomínio Cidade Administrativa – SEPLAG  
Segundo a Lei 22.257 de 27/07/2016 (art. 38, II, c), 1)), a Prodemge está vinculada à Seplag na estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais. Adicionalmente, a Companhia possui com este mesmo órgão contrato de aluguel de condomínio da Cidade Administrativa.
- c) Contratação de serviço terceirizado com a Minas Gerais Participações SA - MGS  
A Prodemge possui atualmente ações no montante de R\$312.410 da MGS, o que corresponde a 1% (um por cento) do capital da empresa participada. Adicionalmente, possui com esta mesma empresa contratos de prestação de serviços terceirizados.

. Fundação Libertas: Previdência complementar para os empregados e diretoria da Companhia

Abaixo, segue posição em 31/12/2019 e 31/12/2018, nos grupos de Ativo e Passivo:

	2019	2018
<b>Ativo - Contas a Receber</b>		
. Administração Direta (Cliente)	95.081.362	139.383.381
. Administração Indireta (Cliente)	3.625.061	9.081.423
<b>Ativo - Serviços a Faturar</b>		
. Administração Direta (Cliente)	47.409.425	35.409.082
. Administração Indireta (Cliente)	3.219.944	5.544.815
<b>Passivo</b>		
. SEPLAG - Fornecedor	-	8.098.994
. MGS - Fornecedor	301.744	10.389.318
. Fundação Libertas	25.528.974	31.750.326

Referente à Provisão Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa a Companhia apresentou os seguintes valores para as transações com suas partes relacionadas:

	2019
<b>PCELD - Contas a receber</b>	
. Administração Direta	31.142.242
. Administração Indireta	9.652
<b>PCELD - Serviços a faturar</b>	
. Administração Direta	1.663.120
. Administração Indireta	477.319

Para as transações referente à prestação de serviços, a Companhia registrou os montantes abaixo para os exercícios de 2019 e 2018:

	2019	2018
<b>Receita</b>		
. Administração Direta e Indireta	290.035.995	287.616.692

## 8.2) Operações com Administradores

Os administradores são compostos pelos membros do conselho de administração e diretores, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. A remuneração da Diretoria Executiva da Companhia compreende honorários e benefícios (plano de previdência, plano assistencial, vale alimentação, seguro de vida), e o Conselho de Administração é remunerado com honorários. Os montantes anuais estão demonstrados abaixo:

	2019	2018
Diretoria Executiva	1.111.261	2.220.268
Conselho de Administração	244.500	307.700

## 9. ESTOQUE

Com o término do convênio de prestação dos serviços gráficos e, conseqüentemente, a extinção da impressão do Jornal Minas Gerais, ocorreu redução nos estoques da Companhia, tornando-se menos expressivos em relação ao exercício de 2018.

## 10. IMPOSTOS A RECUPERAR

Durante o exercício de 2019, a Companhia utilizou os impostos a recuperar, retidos de aplicações financeiras e notas fiscais de prestação de serviços, na compensação dos seus tributos (IRPJ, CSLL, Pis e Cofins), restando apenas o ISSQN a compensar (R\$12.336 – aguardando posicionamento da Prefeitura de Belo Horizonte), provisão do IRPJ sobre saldo de aplicação financeira (R\$20.453) e IRPJ sobre notas fiscais de prestação de serviços (R\$31).

## 11. CRÉDITOS PIS/COFINS

A Companhia utiliza, na apuração do PIS e COFINS não cumulativos, os créditos permitidos sobre aquisições de bens, insumos, custos e despesas utilizados na prestação de serviços de TI. As apurações dessas contribuições acontecem à medida em que ocorrem os recebimentos sobre o faturamento, visto que a receita da Companhia advém de contratos com órgãos públicos. Com isso, mantém registrado os créditos ainda não utilizados em seu ativo.

No exercício de 2019, a partir de ações da Companhia junto ao Estado para recebimento dos seus créditos, ocasionou uma utilização maior nos créditos permitidos e conseqüentemente redução no saldo da conta.

## 12. ATIVOS DE CONTRATOS

Atendendo ao CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Clientes, a Companhia registrou em seu ativo o montante de R\$2.285.608 referente aos custos com o serviço de desenvolvimento de software, onde o faturamento ocorre apenas no momento em que há transferência de serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os ativos de contrato reconhecidos, basicamente são constituídos pelo custo necessário para execução de um contrato, relativo à parcela que ainda não tenha sido faturada.

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Custo 2017	-	76.892
Custo 2018	562.567	1.078.620
Custo 2019	1.723.041	-
	<b>2.285.608</b>	<b>1.155.512</b>

### 13. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Os créditos a longo prazo referem-se, em sua maior parte, aos saldos de depósitos recursais de ações trabalhistas, atualizados conforme índice da poupança, conforme abaixo:

	2019	2018
Depósitos Judiciais/Bloqueios	6.704.475	6.131.085
Projeto Imóvel IEPHA	36.500	36.500
<b>Total</b>	<b>6.740.975</b>	<b>6.167.585</b>

A Companhia possui depósitos recursais decorrente de processos judiciais, sendo que o mais relevante, no valor de R\$4.748.409, refere-se à ação de reivindicação de pagamento de hora ficta, movida pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Minas Gerais - Sindados, representando alguns empregados da Prodemge.

Além disso, decorrente de um Termo de cessão oneroso de imóvel do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA, que autoriza a realização de obras no local, possui registrado o valor de R\$36.500, referente ao projeto da reforma do imóvel.

### 14. INVESTIMENTOS

A Companhia possui participação acionária na empresa Minas Gerais Participações S.A, que também é parte relacionada da Companhia, que corresponde a 1% (um por cento) do capital da empresa participada.

	2019	2018
Participação societária	312.410	312.410
Obra de arte	900	900
<b>Total</b>	<b>313.310</b>	<b>313.310</b>

### 15. IMOBILIZADO

			2019	2018	
	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Terrenos	10.400.000	-	10.400.000	10.400.000	-
Edificações	19.532.343	(16.960.429)	2.571.914	4.069.372	4%
Equipamentos Processamento de Dados	80.043.972	(64.860.882)	15.183.090	19.105.733	20%
Móveis, Utensílios e Ferramentas	1.633.914	(1.034.259)	599.655	701.040	10%
Rede de Comunicação Via Satélite	2.264.814	(848.831)	1.415.983	1.577.267	7%
Veículos	107.798	(61.850)	45.948	130.864	20%
<b>Total</b>	<b>113.982.841</b>	<b>(83.766.252)</b>	<b>30.216.589</b>	<b>35.984.276</b>	-

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens.

A movimentação do ativo imobilizado em 2019 pode ser demonstrada como segue:

2018	Aquisições	Depreciação/Baixa	2019
35.984.276	2.463.220	(8.230.907)	30.216.589

A Companhia considerou o método “valor em uso” como sendo o melhor método para avaliar os Ativos Imobilizados. As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. O teste do Impairment não trouxe impactos para a Companhia, não sendo necessários quaisquer ajustes.

O imobilizado foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável conforme o disposto nos pronunciamentos técnicos CPC 01(R1), CPC 04(R1) e CPC 27.

Permanece no patrimônio líquido o montante referente à reserva de reavaliação de R\$10.295.442,36, ainda não realizado, referente a Terrenos e Edificações. (Vide NE 27.d)

A Companhia optou por manter a reserva de reavaliação existente até a sua efetiva realização, ao amparo do art. 6º da Lei 11.638/07.

## 16. INTANGÍVEL

			2019	2018
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de Uso de Sistemas	56.738.003	(52.393.263)	4.344.741	2.995.242

Os ativos intangíveis, tais como licenças de uso e direito de uso de software, são registrados ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos intangíveis limitada ao prazo de 10 anos.

A movimentação do ativo intangível em 2019 pode ser demonstrada como segue:

2018	Aquisições	Amortização/Baixa	2019
2.995.242	2.968.966	(1.619.467)	4.344.741

O intangível foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável, conforme o disposto nos pronunciamentos técnicos CPC 01(R1), CPC 04(R1) e CPC 27. Não existiu a necessidade de ajustes em atendimento e observação destas normas para os itens que compõem a unidade geradora de caixa.

## 17. FORNECEDORES

No ano de 2019, a partir de ações junto aos fornecedores, buscando redução de valores contratados e descontos, além de ações junto ao Estado, nosso principal cliente, para recebimento dos seus créditos, a Companhia conseguiu honrar os compromissos assumidos com os fornecedores.

	2019	2018
A vencer	6.229.973	7.004.958
Até 30 dias	0	5.868.630
De 31 até 60 dias	0	3.767.024
De 61 até 90 dias	0	2.380.492
Acima de 91 dias	0	13.576.575
<b>Saldo Contas a Pagar</b>	<b>6.229.973</b>	<b>32.597.679</b>
Provisão Fornecedores	5.665.331	5.827.773
<b>Total</b>	<b>11.895.304</b>	<b>38.425.452</b>

## 18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2019	2018
PIS	2.185.966	2.630.803
INSS	2.157.104	2.619.225
COFINS	10.073.314	12.135.274
Salários e Honorários a pagar	4.476.683	72.940
Participação nos lucros e resultados - PLR	1.255.185	-
FGTS	898.428	1.052.043
Plano Previdencial Libertas	2.130.643	3.902.023
Contribuições retidas na fonte	185.364	620.901
Benefício Pós Emprego	23.649	7.626
<b>Total</b>	<b>23.386.336</b>	<b>23.040.835</b>

A Companhia possui os regimes de incidências cumulativos e não cumulativos para apuração do PIS e da COFINS. Os créditos de PIS/COFINS (vide nota explicativa 11) são compensados com as contribuições não cumulativas, na proporção dos recebimentos de órgãos públicos.

A rubrica do INSS é composta pelo montante apurado pelo sistema de contribuição sobre a receita bruta (desoneração da folha de pagamento) acrescido do INSS incidente sobre salários.

O Plano Previdencial Libertas refere-se a parcelas de contribuições normais para custeio dos planos de benefícios de aposentadoria, modalidade BD e CD. O exigível da Companhia perante a Fundação totaliza R\$2.130.643 em 2019 e R\$3.902.023 em 2018.

No exercício de 2019 foi registrado a título de Participação nos Lucros e Resultados – PLR o montante de R\$1.255.185, visto que a Companhia apresentou lucro no exercício.

## 19. OBRIGAÇÕES FISCAIS

As obrigações fiscais estão compostas conforme segue:

	2019	2018
		Reapresentado
IRRF	2.408.142	2.889.919
ISSQN - Próprio	35.147	42.245
ISSQN retido	63.903	99.542
IRPJ/CSLL - estimativa dezembro	4.882.989	119.335
IRPJ/CSLL - 2017/2018	15.657.731	14.559.362
ICMS diferencial de alíquota	-	5.552
<b>TOTAL</b>	<b>23.047.912</b>	<b>17.715.955</b>

Do montante total do IRPJ/CSLL (R\$20.540.720), R\$4.882.989 refere-se à parcela da estimativa de dezembro de 2019 e R\$15.657.731 corresponde ao IRPJ/CSLL dos anos de 2017 e 2018 (vide nota explicativa 04), conforme histórico abaixo:

- O Governo do Estado de Minas Gerais, através da Lei 22.285, de 14/09/2016, extinguiu a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, incorporando a competência para edição e a gestão das publicações no Diário Oficial do Estado à Secretaria de Casa Civil e de Relações Institucionais – SECCRI. Diante da necessidade de continuidade dos serviços de impressão do jornal Diário Oficial de Minas Gerais, dada a essencialidade de acesso às informações e interesse público e publicações de atos oficiais das esferas pública e privada, a Companhia firmou Termo de Cooperação Mútua com a SECCRI, devido ser, entre as entidades da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais, a que possuía as melhores condições para assumir a atividade de serviços gráficos do Diário Oficial de Minas Gerais.
- O Termo de Cooperação Mútua possuía cláusula de ausência de transferências ou repasses de recursos financeiros. A partir de janeiro de 2017, a Companhia executou a atividade de serviços gráficos, e respeitando a referida cláusula do Termo não houve registro de faturamento em 2018 e 2017 para esse serviço.
- No ano de 2018, em decorrência dessa atividade assumida pela Companhia, registrou-se o montante de R\$27.150.477, sendo que no ano de 2017 foi de R\$30.207.609 nos custos operacionais diretos para a execução dessa atividade.
- Tais custos, em virtude da liberalidade assumida pela Companhia em abrir mão da receita dessas atividades, deveriam ser adicionadas na apuração do IRPJ e CSLL.

Para regularizar a situação da Companhia, foi realizada nova apuração do Lucro Real dos exercícios de 2017 e 2018, onde foram identificados os novos montantes dos tributos IRPJ e CSLL. Com isso, a Companhia corrigiu os erros da apuração registrando os impactos dos novos montantes, conforme demonstrado abaixo:

Lucros/Prejuízos Acumulados - PL	14.559.362
Despesas financeiras - Resultado	1.098.369
<b>TOTAL IRPJ/CSLL - 2017/2018</b>	<b>15.657.731</b>

## 20. REFIS – PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Em 28 de abril de 2000, visando ao parcelamento de impostos e contribuições federais vencidos até 29 de fevereiro do mesmo ano, a Companhia manifestou sua opção, aderindo ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, nos termos estabelecidos pela Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, e legislação complementar.

Em 2019, a partir de análises do saldo real da dívida, a Administração da Companhia autorizou o ajuste do saldo contábil conforme o saldo do extrato apresentado pela Receita Federal do Brasil, regularizando as diferenças registradas em seu Passivo Circulante e Não Circulante, optando ainda por quitar a totalidade do saldo devedor, impactando o resultado da Companhia, conforme nota explicativa 33.

## 21. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Companhia é patrocinadora de Planos de Benefícios administrados pela Fundação Libertas de Seguridade Social e tem por finalidade principal a complementação dos benefícios previdenciários concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

Até o ano de 2012, a Companhia oferecia o plano de benefício definido RP5 a seus empregados. Dos anos de 2012 a 2014, adotou uma estratégia previdencial, visto que o Plano Prodemge RP5 apresentava-se deficitário, que culminou com a criação do Plano ProdemgePrev, na modalidade de contribuição definida, em 01 de dezembro de 2012; fechamento do Plano Prodemge RP5-II para novas adesões, ocorrido em dezembro de 2013; cisão do Plano Prodemge RP5-II para criação do Plano Saldado, modalidade contribuição definida, fechado ao ingresso de novos participantes com o início da eficácia a partir da data efetiva de transação ocorrida em 31 de outubro de 2014; e migração de participantes do Plano Prodemge RP5-II para o ProdemgePrev e/ou Plano Saldado ocorrido nos meses de setembro e outubro de 2014 com data efetiva de transação em 31 de outubro de 2014.

Em 31 de outubro de 2014, na data efetiva da transação, ocorreram os cálculos para equacionamento do Plano Prodemge RP5-II que se basearam na Proporção Contributiva entre a Patrocinadora (Prodemge) e Participantes/Assistidos, em função das Contribuições Normais Vertidas, atendendo ao Art. 29 da Resolução CGPC 26/08, alterada pelo CNPC 10/2012, apurando-se um déficit atuarial e que coube à Companhia o montante de R\$48.846.497.

A partir da implantação da estratégia previdencial, em 2014, gerou-se os contratos de Termo de Confissão e Parcelamento de Dívida, relativa à migração de participantes e assistidos do plano Prodemge RP5-II para os Planos ProdemgePrev e o Saldado pactuados a juros de 6% ao ano e atualizados mensalmente pela variação do INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e divididos em parcelas mensais e consecutivas., sendo 77 parcelas para o Plano ProdemgePrev e 30 parcelas para o Plano Saldado.

No ano de 2017, a Prodemge e a Fundação Libertas repactuaram o prazo do contrato do Plano ProdemgePrev, referente à dívida da migração, onde passou a vigorar o novo prazo de 96 parcelas, a contar a partir de abril de 2017. Com isso, para o ano de 2017, o saldo devedor apresentou o valor de R\$27.506.438, restando 88 parcelas. O contrato Saldado foi totalmente quitado no exercício de 2017.

No exercício de 2018, devido à dificuldade financeira que a Companhia passou, 03 (três) parcelas não foram quitadas no momento devido e novamente ocorreu a renegociação dos débitos do plano ProdemgePrev, onde esses débitos foram adicionados ao saldo devedor.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor registrado foi de R\$23.374.682, restando 64 parcelas a vencer para o contrato do Plano ProdemgePrev – CD.

	2019	2018
<b>Circulante</b>		
Contrato Dívida Passada - ProdemgePrev - CD	-	1.715.408
Contrato ProdemgePrev - CD	5.086.618	4.932.245
<b>Total</b>	<b>5.086.619</b>	<b>6.647.653</b>
<b>Não Circulante</b>		
Contrato ProdemgePrev - CD	18.288.064	21.193.023
<b>Total - Circulante + Não Circulante</b>	<b>23.374.682</b>	<b>27.840.676</b>

## 22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para os bens do imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, como segue:

	Vr. Segurado
Edifícios	4.069.372
Equipamentos Processamento de Dados	17.239.881
Móveis, Utensílios e Ferramentas	701.039
Estoque	1.586.700
Bens de Terceiros	17.147.512
Certificação Digital	1.000.000
Veículos	Vr. de mercado

A Companhia contratou serviços de Seguro de Responsabilidade Civil para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, no limite máximo de indenização de R\$5.000.000 (cinco milhões de reais), visando garantir indenização para as referidas pessoas, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por seus atos de gestão, no exercício de suas funções.

## 23. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDA

A constituição do Imposto de renda diferido e da contribuição social diferida refere-se à aplicação do percentual de 25% para o IR e 9% para a Contribuição Social sobre o lucro do negócio Receita a Faturar (vide nota explicativa 07), sobre a Reserva de Reavaliação sobre Edificações (vide nota explicativa 15) e sobre o Passivo Líquido apurado na Avaliação Atuarial (nota explicativa 25).

	2019	2018
IRPJ/CSLL Diferidos s/ Serviços a Faturar	4.134.057	3.358.875
IRPJ/CSLL Diferido s/Reserva de Reavaliação	160.807	174.404
IRPJ/CSLL Diferido s/Avaliação Atuarial	5.558.490	1.758.878
<b>Total</b>	<b>9.853.354</b>	<b>5.292.157</b>

## 24. OBRIGAÇÕES SOCIAIS – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

A Companhia possuía um passivo contingente de PASEP, abrangendo o período de junho de 2000 a dezembro de 2002 e que, após análise pelo setor Jurídico da Companhia, foi apontado a decadência do débito. Com isso, a Companhia procedeu com a baixa do saldo em 31/12/2019 no montante de R\$4.944.031, reconhecendo como receita no exercício. O valor em 31/12/2018 era de R\$4.914.366.

## 25. BENEFÍCIO POS EMPREGO

Em atendimento a deliberação CVM nº 695/2012 (Pronunciamento Técnico NBC TG 33(R2)), onde ganhos ou perdas atuariais devem ser registrados no próprio exercício, há o reconhecimento no Passivo Não Circulante do montante de R\$16.348.501 em 2019 e R\$5.173.171 referente a 2018, em contrapartida em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido, conforme esclarecimentos abaixo.

### AVALIAÇÃO ATUARIAL

A Prodemge é uma das patrocinadoras da Fundação Libertas de Seguridade Social, que é uma entidade de previdência complementar fechada multipatrocinada, sem fins lucrativos, fundada em julho de 1992, de acordo com a legislação em vigor.

A Companhia apresenta um quadro funcional com a presença de analistas, técnicos, assistentes de tecnologia, assessores e assistentes organizacionais, entre gerentes, superintendentes, supervisores e demais especialistas. Oferece aos atuais e aos ex-empregados planos previdenciários, administrados pela Fundação Libertas de Seguridade Social.

Os planos de benefícios patrocinados pela Prodemge são:

- Plano de Benefícios RP5II - estruturado na modalidade de benefício definido e fechado para novas adesões desde 19 de dezembro de 2013.
- Plano de Benefícios Prodemge Saldado – estruturado na modalidade de benefício definido, com início operacional em 01 de novembro de 2014 e fechado a novas adesões desde seu início.
- Plano ProdemgePrev – estruturado na modalidade de contribuição definida, tendo seu início em outubro de 2012.

Conforme definido pela CVM nº 695, nos planos de benefícios pós-emprego classificados como contribuição definida a entidade empregadora realiza contribuições pré-estabelecidas a uma outra entidade, não tendo obrigação legal ou construtiva de complementar qualquer insuficiência de ativos para pagamento dos benefícios. Assim, os riscos atuariais e de investimento recaem apenas para os empregados.

Nos planos de benefício definido é obrigação da empregadora fornecer os benefícios prometidos aos atuais e ex-empregados. Com isso, o risco atuarial e de investimento recaem sobre a patrocinadora, aumentando ou reduzindo a sua obrigação.

O pagamento dos benefícios concedidos depende também da capacidade e do interesse da entidade de suprir qualquer insuficiência nos ativos do fundo. Conseqüentemente, a despesa reconhecida do plano de benefício definido não será somente o montante da contribuição devida no período, mas também o resultado entre as obrigações esperadas e ocorridas, conforme aplicação de premissas atuariais.

A contabilização das obrigações com benefícios pós emprego da Prodemge é realizada somente para os benefícios estruturados na modalidade de benefício definido, ou seja, benefícios concedidos e a conceder de participantes dos Planos RP5II e Saldado.

A seguir, as estatísticas dos empregados e ex-empregados da Patrocinadora Prodemge, cadastrados nos Planos RP5II e Saldado:

		2019			2018		
		RP5-II	Saldado	Total	RP5-II	Saldado	Total
<b>Ativos</b>	Quantidade	1	3	4	3	4	7
	Média Idades	43	56	50	45	55	50
<b>Mantidos</b>	Quantidade	3	6	9	3	5	8
	Média Idades	48	53	51	47	52	50
<b>Aposentados</b>	Quantidade	10	146	156	9	147	156
	Média Idades	68	68	68	65	67	66
	Suplementação Média	3.269,68	4.785,65	4.027,67	2.838,80	4.524,69	3.681,75
<b>Pensionistas</b>	Quantidade	4	16	20	4	16	20
	Média Idades	53	69	61	60	67	64
	Suplementação Média	1.873,31	2.217,26	2.045,29	2.228,55	2.229,59	2.229,07

Fonte: Base de Dados Fundação Libertas

De acordo com as normas aplicáveis, as hipóteses atuariais adotadas estão em consonância com as hipóteses utilizadas pela Fundação Libertas.

		Plano RP5II	Plano Saldado
Hipóteses demográficas	Evento Morte Válidos	GIM - 94 M&F (D20%)	GIM - 94 M&F (D20%)
	Mortalidade de Inválidos	AT-49 M	AT-49 M
	Entrada em Invalidez	TASA 1927	TASA 1927
	Rotatividade	Nula	Nula
	Aposentadoria	1ª Elegibilidade	1ª Elegibilidade
	Composição familiar	Família Real	Família Real
Hipóteses Econômicas	Taxa Real de Juros	3,15%	2,96%
	Crescimento Real Salarial	1,28%	Não Aplicável
	Índice de Inflação	3,63%	3,63%
	Fator Capacidade		
	(Salários e Benefícios)	98,20%	98,20%

A taxa nominal de juros aplicada de 6,89% para o plano RP5II e de 6,70% para o plano Saldado resulta da composição:

- Da taxa real de juros de 3,15%, para o Plano RP5II e de 2,96% para o Plano Saldado e, correspondente a NTN-B com vencimento mais próximo à *duration* de 177 meses para o Plano RP5II e de 132 meses para o Plano Saldado, encontrada nas Demonstrações Atuariais de 31/12/2018 transmitidas à PREVIC;
- E da taxa de inflação esperada no curto prazo de 3,63%, baseada em histórico da variação do IPCA e projeção divulgada no Relatório FOCUS do Banco Central, publicado em 22 de novembro de 2019.

Conforme determinação da CVM nº 695/2012, o método atuarial a ser utilizado para determinar o déficit ou superávit de planos de benefício definido é o Crédito Unitário Projetado.

O custo é avaliado em períodos passados e corrente, para que seja identificado o quanto de direito o empregado adquiriu com serviço já prestado e o quanto desse direito deverá ser acrescentado referente ao serviço prestado no ano corrente.

Para a reconciliação é necessário conhecer o valor da obrigação do benefício definido registrado no final do ano anterior. A esse valor, é acrescentado o custo do serviço corrente, calculado atuarialmente pelo método Crédito Unitário Projetado. Considera-se também, o valor do custo dos juros e fluxos de caixa da empresa como pagamento de benefícios e contribuição de participantes. Incluem-se, ainda, os efeitos com alterações de premissas que caracterizará o ganho ou perda atuarial no período.

Todas essas contas resultarão no valor da obrigação de benefício definido no final do ano em estudo. A seguir, os resultados apurados a partir da base de dados e premissas admitidas:

	2019	2018
<b>1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior</b>	<b>117.599.145</b>	<b>118.853.659</b>
2. Custo do serviço corrente	40.404	32.327
3. Custo dos juros	11.392.034	11.419.196
4. Fluxos de caixa		
a. Benefício pago pelo plano	(8.360.516)	(7.951.972)
b. Benefício pago diretamente pela empresa	-	-
c. Pagamento decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
d. Contribuição de participante	-	-
e. Despesa administrativa incluída na obrigação	-	-
f. Imposto incluído na obrigação	-	-
g. Prêmio de seguro para benefício de risco	-	-
5. Outros eventos significativos		
a. Aumento (redução) decorrente de fusão/ alienação/transferência	-	-
b. Aumento / (redução) decorrente de fusão de plano	-	-
6. Redimensionamento da obrigação		
a. Efeito da alteração de premissas demográficas	-	-
b. Efeito da alteração de premissas financeiras	23.783.091	(47.136.897)
c. Efeito da experiência do plano	1.779.103	42.382.832
7. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
<b>8. Obrigação de benefício definido no final do ano</b>	<b>146.233.261</b>	<b>117.599.145</b>

O custo do serviço corrente em 31/12/2019, mostrou-se superior ao registrado em 31/12/2018. Um forte influenciador deste custo é a variação da taxa de juros utilizada para os cálculos dos compromissos futuros.

	2019	2018
<b>1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior</b>	<b>111.949.432</b>	<b>113.450.644</b>
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	10.836.531	10.900.086
3. Fluxos de caixa		
a. Desembolso total da empresa		
i. Contribuição paga pela empresa	13.802	14.537
ii. Contribuição relativa a benefícios pagos pela empresa	-	-
b. Contribuição de participante	10.790	14.529
c. Benefício pago pelo plano	(8.360.516)	(7.951.972)
d. Benefício pago diretamente pela empresa	-	-
e. Pagamento decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
f. Despesa administrativa paga pelo ativo do plano	-	-
g. Imposto pago pelo ativo do plano	-	-
h. Prêmio de seguro para benefício de risco	-	-
4. Outros eventos significativos		
a. Aumento/(redução) decorrente de fusão/alienação/transferência	-	-
b. Aumento / (redução) decorrente de fusão de plano	-	-
5. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano		
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	14.839.521	(4.478.392)
6. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
<b>7. Valor justo do ativo do plano no final do ano</b>	<b>129.289.561</b>	<b>111.949.432</b>

O valor registrado em “Contribuição paga pela empresa” foi informado pela Fundação Libertas, em balancete do mês de outubro/2019, sendo o valor atualizado pelo INPC para o mês de dezembro/2019.

A conta de “Benefício pago pelo plano” repete a informação da reconciliação da obrigação de benefício definido.

O redimensionamento do valor justo do ativo do plano registra a diferença entre a receita de juros sobre ativos do plano e o retorno sobre ativos do plano. A Deliberação CVM nº 695/2012 determina que o retorno sobre os ativos do plano consiste em juros, dividendos e outras receitas derivadas dos ativos do plano, incluindo ganhos ou perdas sobre os ativos, excluindo custos com administração e impostos.

	2019	2018
1. Obrigação de benefício definido	146.233.261	117.599.145
2. Valor justo do ativo do plano	(129.289.561)	(111.949.432)
<b>3. Situação financeira do plano</b>	<b>16.943.700</b>	<b>5.649.713</b>
4. Reconhecimento de passivo oneroso - Déficit Técnico Contratado	(595.199)	(476.542)
<b>5. Passivo / (Ativo) líquido</b>	<b>16.348.501</b>	<b>5.173.171</b>

Seguindo a Deliberação CVM nº 695/2012, o valor líquido de passivo (ativo) representa o déficit ou superávit do plano de benefício definido, sendo calculado pela subtração do valor presente da obrigação pelo valor justo dos ativos.

A seguir, demonstramos os componentes da despesa/receita para apuração do montante a ser reconhecido no exercício de 2020:

	2019	2018
<b>Componentes da despesa / (receita) de benefício definido</b>		
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	40.404	32.327
b. Amortização custo do serviço passado	54.572	122.493
c. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
<b>Custo total do serviço</b>	<b>94.976</b>	<b>154.820</b>
2. Custo líquido dos juros		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	11.392.034	11.419.196
b. Juros / (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(10.836.531)	(10.900.086)
c. Juros / (rendimento) sobre o direito reembolsável	-	-
d. Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativo) / passivo oneroso	-	-
<b>e. Custo líquido total dos juros</b>	<b>555.502</b>	<b>519.110</b>
3. Redimensionamento de outro benefício de longo prazo	-	-
4. Despesa administrativa e imposto	-	-
<b>5. Despesa (receita) a ser reconhecida</b>	<b>650.478</b>	<b>673.930</b>

## 26. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia figura como parte em processos judiciais de natureza trabalhista e justiça comum, decorrentes do curso normal de suas atividades, no total de 53 processos, classificados como possíveis e prováveis, dos quais 49 referem-se a processos trabalhistas e 4 processos na vara da Fazenda Pública.

Se comparado com o ano de 2018, houve redução das provisões a título de perda provável dos valores dos processos judiciais no montante de R\$1.473.129.

As provisões são constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, para processos judiciais que foram avaliados como perda provável, no montante de R\$8.426.770. Dentro deste montante, está incluído o depósito para garantia do juízo no valor de R\$4.748.409, referente à ação de reivindicação de pagamento de hora ficta, movida pelo SINDADOS, representando alguns empregados da Companhia.

Na Justiça do Trabalho, as ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta estão em sua maioria relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, insalubridade, horas extras, hora ficta, PLR, 40% do FGTS, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função, dentre outras.

A Companhia figura também na condição de litisconsorte passivo com responsabilidade subsidiária, em 11 processos (21% do total dos processos), representando 25% do valor total provisionado. Caso o pleito seja procedente, a Prodemge será compelida judicialmente a satisfazer o débito trabalhista. Dessa

forma, para os casos considerados perda provável, a Companhia constitui provisão de recursos para eventuais condenações subsidiárias.

Na Justiça Comum, sendo a Companhia uma sociedade de economia mista, as ações movidas correm nas Varas da Fazenda Pública Estadual. São relacionadas às ações de sustação de protesto, danos morais, concurso público e cobrança.

A classificação das provisões de processos pela assessoria jurídica está assim representada:

	2019	2018
Justiça Trabalho	8.126.770	8.899.899
Justiça Comum	300.000	1.000.000
<b>Total provisão processos</b>	<b>8.426.770</b>	<b>9.899.899</b>

Possui também, como Passivo Contingente o montante de R\$486.529 avaliados como perda possível pela Assessoria Jurídica da Companhia, classificados entre a Justiça do Trabalho e Justiça Comum.

## 27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O capital social está representado por 97.540.247 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

### b) Reserva de capital

Os acionistas deliberaram por absorção da reserva de capital pelo Prejuízo Acumulado da Reserva de Capital na 45ª Assembleia Geral Ordinária, ocorrida em 16 de abril de 2019.

### c) Outros Resultados Abrangentes - Ajuste de Avaliação Atuarial

Para o reconhecimento de ganhos/perdas, adotou-se o procedimento padrão constante do Pronunciamento Técnico NBC TG 33 (R2) onde, para o exercício de 2019, de acordo com os cálculos realizados pela consultoria atuarial contratada pela Companhia, ocorreu o reconhecimento de R\$14.875.112 como Ajuste de Avaliação Atuarial - Outros Resultados Abrangentes, levando o saldo apresentar-se negativo em R\$13.683.385 em 31 de dezembro de 2019.

### d) Reserva de reavaliação

A reserva decorre da reavaliação dos bens do imobilizado, efetuada pela Companhia em 1989, 2001 e 2007, (vide nota explicativa 15). É transferida para prejuízos acumulados na proporção em que os bens objeto da reavaliação são realizados por depreciação, venda ou baixa.

Em 2019 foi realizado o valor de R\$26.395 referente à realização da Reserva de Reavaliação de Edificações.

### e) Lucros/Prejuízos acumulados

A Companhia corrigiu erros decorrente do recálculo do Lucro Real dos exercícios de 2017 e 2018, conforme notas explicativas 04 e 19, onde os impactos dos ajustes afetaram a conta de Lucros/Prejuízo Acumulados, no montante de R\$14.559.362, conforme demonstrado abaixo:

<b>Evolução Prejuízo Acumulado</b>	
<b>Prejuízo Acumulado 2018</b>	<b>(9.818.768)</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores	
- Ajuste IRPJ/CSLL 2017	(6.614.813)
- Ajuste IRPJ/CSLL 2018	(7.944.549)
<b>Prejuízo Ajustado 2018</b>	<b>(24.378.130)</b>
<b>Eventos exercício 2019</b>	
- Absorção reserva de capital	1
- Reserva Reavaliação	39.991
- Lucro Exercício	7.676.523
<b>Total Prejuízo Acumulado 2019</b>	<b>(16.661.614)</b>

## 28. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A receita de prestação de serviços de tecnologia da informação é reconhecida mensalmente no resultado tendo como base o regime de competência, conforme definido no contrato de prestação de serviço, tendo como principal cliente os órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado de Minas Gerais.

### 28.a) DESCONTOS CONCEDIDOS

Para alavancar o recebimento de créditos, a Companhia procedeu, no ano de 2019, com uma ação de desconto para clientes adimplentes com a Companhia. Assim, no exercício de 2019 foi registrado o montante de R\$966.179 a título de descontos concedidos.

### 28.b) IMPOSTOS INCIDENTES

A Companhia apresenta os seguintes impostos incidentes sobre a sua prestação de serviços:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
ISSQN (2,5%)	7.193.572	7.640.784
PIS ( 0,65% e 1,65%)	3.838.316	4.127.668
COFINS (3,0% e 7,6%)	17.676.759	19.027.302
INSS desoneração(4,5%)	13.381.685	13.368.416
	<b>42.090.332</b>	<b>44.164.170</b>

## 29. CUSTOS OPERACIONAIS

O ano de 2019 foi marcado por diversas reduções de gastos na Companhia, decorrente de ações da nova Diretoria, tais como redução de empregados contratados em regimento amplo, reestruturação organizacional, renegociação de contratos com fornecedores, com redução ou supressão de valores, extinção da prestação de serviços gráficos, dentre outras.

As ações ocasionaram grande redução nos custos da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018	% Redução
Pessoal	112.394.220	116.970.814	-3,91%
Treinamento	22.860	82.882	-72,42%
Material	1.864.864	5.244.272	-64,44%
Manutenção Equipamentos	13.969.642	14.837.853	-5,85%
Manutenção Bens Instalações	89.384	150.749	-40,71%
Aluguel Equipamentos	853.344	2.106.955	-59,50%
Serviços Terceiros	14.319.123	27.434.072	-47,81%
Licenciamento e Manutenção Software	16.115.193	19.890.660	-18,98%
Utilidades e Custos Gerais	3.930.596	4.285.096	-8,27%
Depreciação/Amortização	8.914.152	10.081.035	-11,58%
<b>Total</b>	<b>172.473.379</b>	<b>201.084.388</b>	<b>-14,23%</b>

### 30. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

O grupo Despesas Administrativas e Gerais também foi impactado pelas ações da Diretoria Executiva da Companhia (vide NE 29), sofrendo reduções conforme composição abaixo:

	2019	2018	% Redução
Pessoal	28.218.812	32.391.814	-12,88%
Treinamento	15.525	66.932	-76,80%
Material	80.737	336.164	-75,98%
Manutenção Equipamentos	42.914	39.936	7,46%
Manutenção Bens/Instalação	141.737	94.027	50,74%
Aluguel Equipamentos	38.030	58.541	-35,04%
Serviços de Terceiros	5.781.619	9.254.909	-37,53%
Licenciamento/Manutenção Software	2.181	12.203	-82,13%
Utilidades e Despesas Gerais	6.233.291	6.339.927	-1,68%
Depreciação/Amortização	340.281	345.355	-1,47%
	<b>40.895.127</b>	<b>48.939.808</b>	<b>-16,44%</b>

### 31. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2019	2018
		<b>Reapresentado</b>
<b>Receitas Financeiras</b>		
. Receitas Aplicação Financeira	295.811	1.584.346
. Descontos Obtidos/Juros Recebidos	982.232	18.786
. Variação Monetária Ativa	379.282	828.039
	<b>1.657.325</b>	<b>2.431.171</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
. Multas	1.129.782	5.715.765
. Correção Monetária	874.778	1.139.327
. Juros	2.829.469	3.587.502
. Descontos Concedidos	1.482	612
	<b>4.835.511</b>	<b>10.443.207</b>

No ano de 2019, devido ao esforço da administração em obter descontos juntos aos fornecedores, a Companhia registrou aumento na rubrica Descontos Obtidos.

Já para o grupo de despesas financeiras, com a melhoria considerável nos recebimentos de clientes, a Companhia conseguiu, a partir da competência fevereiro/2019, manter em dia seus tributos e, conseqüentemente não registrando mais multas e juros por atraso, com exceção às atualizações (multa e juros) calculadas sobre os IRPJ/CSLL dos exercícios de 2017 e 2018, que afetaram o exercício de 2019 no montante de R\$1.098.370. O restante das atualizações sobre estes tributos foi ajustado diretamente na conta de Lucros/Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores, conforme nota explicativa 26.e.

Segue abaixo detalhamento das despesas financeiras:

	2019	2018
		<b>Reapresentado</b>
Juros, multas e correção monetária		
Cemig e Copasa (Serv.Gráficos)	31.221	85.654
INSS/ISS/IRRF/PIS/COFINS/FGTS	908.474	5.127.854
IRPJ/CSLL anos 2017/2018	1.098.369	1.178.181
Pasep	29.664	91.634
Refis	383.673	566.458
Libertas	-	946.965
Passivo Atuarial	2.382.628	2.445.849
Descontos Concedidos	1.482	612
<b>Total</b>	<b>4.835.511</b>	<b>10.443.207</b>

### 32. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PECLD

A partir da implantação da Política de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, foi constituída a PECLD no montante referente ao Contas a Receber e Serviços Realizados a Faturar, conforme notas explicativas 06 e 07, afetando o resultado do exercício de 2019 em R\$33.414.903.

### 33. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

No exercício de 2019, foi registrado o ganho com a decadência do PASEP, no montante de R\$4.944.031 (vide nota explicativa 24) e o ganho com o ajuste do saldo do Refis R\$11.188.120 (vide nota explicativa 20).

### 34. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A redução dos custos e despesas operacionais das atividades da Companhia fez com que a empresa apresentasse resultados fiscais positivos e apurar tributos sobre o lucro.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%, o imposto de renda a 15% e o adicional de imposto de renda de 10%, sobre o lucro tributável, em atendimento às disposições fiscais em vigor.

Os valores dos impostos estão apresentados a seguir, assim como para o exercício de 2018, conforme reapresentação dos valores (vide nota explicativa 04).

	2019	2018		
		ORIGINAL	AJUSTE	REAPRESENTADO
<b>RESULTADO CONTÁBIL ANTES DA CSLL</b>	22.172.275	(1.671.934)		(1.671.934)
Adições	41.987.860	13.798.066	27.150.477	40.948.543
Exclusões	(8.139.361)	(9.512.670)		(9.512.670)
<b>LUCRO REAL</b>	<b>56.020.773</b>	<b>2.613.462</b>	<b>27.150.477</b>	<b>29.763.939</b>
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas	(10.624.196)	(784.039)	(8.145.143)	(8.929.182)
<b>RESULTADO TRIBUTÁVEL</b>	<b>45.396.577</b>	<b>1.829.424</b>	<b>19.005.333</b>	<b>20.834.757</b>
<b>PROVISÃO IR/CSLL</b>	<b>4.085.692</b>	<b>164.648</b>	<b>1.710.480</b>	<b>1.875.128</b>

	2019	2018		
		ORIGINAL	AJUSTE	REAPRESENTADO
<b>RESULTADO CONTÁBIL ANTES DO IRPJ</b>	18.086.583	(1.671.934)		(1.671.934)
Adições	45.996.660	13.798.066	27.150.477	40.948.543
Exclusões	(8.139.361)	(9.512.670)		(9.512.670)
<b>LUCRO REAL</b>	<b>55.943.882</b>	<b>2.613.462</b>	<b>27.150.477</b>	<b>29.763.939</b>
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas	(12.345.823)	(784.039)	(8.145.143)	(8.929.182)
<b>RESULTADO TRIBUTÁVEL</b>	<b>43.598.059</b>	<b>1.829.423</b>	<b>19.005.334</b>	<b>20.834.757</b>
Incentivo PAT	(261.588)	(10.977)	(114.032)	(125.009)
Licença Maternidade/Paternidade	(203.867)	(168.441)		(168.441)
<b>PROVISÃO IR/CSLL</b>	<b>10.410.059</b>	<b>253.938</b>	<b>4.637.301</b>	<b>4.891.239</b>

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ezequiel de Melo Campos Netto  
 Roberto Tostes Reis  
 Rodrigo Antônio de Paiva  
 Tadeu Barreto Guimarães  
 Conrado Lopes Vilaça de Abreu  
 Octávio Cortes Pereira Lopes  
 Kassius Caxito de Vasconcelos

#### DIRETORIA EXECUTIVA

Rodrigo Antônio de Paiva – Diretor Presidente  
 Ladimir Lourenço dos Santos Freitas - Diretor  
 Geraldo Gilson Maciel Ribeiro - Diretor

#### CONSELHO FISCAL

Guadalupe Machado Dias  
 Andrea Riechert Senko  
 Carolina de Oliveira Castro Baia Antunes  
 Fábio Rodrigo Amaral de Assunção  
 Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes

#### COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Carlos Antônio Duarte  
 Luis Carlos Jardim  
 Sandro Cesar Borges

#### SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Ionala de Paiva Carneiro

#### GERÊNCIA DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Sheila Blom de Lacerda  
 Contadora – CRC MG – 076747/O-9

## RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Aos senhores Conselheiros de Administração da Companhia de Tecnologia Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge

### 1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE é o órgão permanente de suporte ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente.

O CAE é integrado por três membros, eleitos em reuniões do Conselho de Administração da companhia.

Dentre as suas principais atribuições estão a de monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Prodemge. Além disso, destacam-se as atividades de avaliação e monitoramento das exposições de risco da companhia; a área de auditoria interna; a supervisão das atividades dos auditores independentes, avaliando a sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação dos serviços às necessidades da Prodemge. Cabem também ao CAE, a avaliação da razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão, nos casos em que a Prodemge for a patrocinadora.

Os administradores da companhia são responsáveis pela elaboração e integridade das Demonstrações Financeiras, pela gestão de riscos, pela manutenção e efetividade dos controles internos e pela conformidade das atividades da empresa às normas legais e regulamentos aplicáveis.

A auditoria interna tem a atribuição de aferir a adequação do controle interno, a efetividade e o gerenciamento de riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

A auditoria independente das demonstrações financeiras levantadas em 31.12.2019 ficou sob a responsabilidade da empresa Maciel Auditores S/S do grupo Russell Bedford Brasil, que se encarregou, também, da revisão dos cálculos dos tributos incidentes sobre os resultados, além de proceder as avaliações sobre a adequação dos sistemas de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Prodemge.

### 2. PRINCIPAIS ATIVIDADES DO CAE

O CAE se reuniu por 28 vezes entre a data da aprovação das Demonstrações Financeiras de 31.12.2018, em 01.03.2019 e 17.02.2020, sendo esta última reunião dedicada ao exame final das demonstrações financeiras de 31.12.2019 e emissão deste relatório. Nessas oportunidades, em que estiveram presentes diretores e gerentes de diversas áreas da empresa, foram abordados assuntos variados que vão desde temas relacionados aos negócios até assuntos como integridade, controles internos e riscos,

contabilidade e auditoria interna. Destaques para as reuniões havidas com os auditores externos, totalizando 3 (três) reuniões para conhecimento de metodologia de trabalho e padrões adotados para a sua independência e a abordagem de pontos considerados críticos na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Também merece destaque a reunião havida com a Fundação Libertas, instituição de previdência complementar administradora dos planos de benefícios patrocinados pela Prodemge e com os consultores contratados pela companhia, por meio da Atest Consultoria Atuarial, totalizando 2 (duas) reuniões, para subsidiar os cálculos atuariais e o respectivo registro contábil.

Em auxílio aos acionistas, o CAE participou do processo de elegibilidade dos indicados ao preenchimento de cargos no Conselho de Administração, Diretoria da Prodemge e cargos no Conselho Fiscal, emitindo relatórios opinando sobre os documentos apresentados, preenchimento de requisitos e a ausência de vedações com relação aos indicados.

O CAE supervisionou a elaboração do plano de trabalho da auditoria interna para o exercício de 2020, recomendando a inclusão de trabalhos que julgou requeridos ao aperfeiçoamento de controles internos. Apresentou também ao Conselho de Administração o seu próprio plano de trabalho e a agenda de reuniões para o exercício de 2020.

O CAE apresentou recomendações ao Conselho de Administração para o aperfeiçoamento do processo de contabilidade, referentes à adoção de políticas relacionadas à contabilização de ajustes em contas a receber e a provisões para contingências. Também recomendou o aperfeiçoamento do sistema de contabilidade de custos, para permitir a elaboração de relatórios financeiros gerenciais.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As opiniões e julgamentos do CAE estão fundamentados nas informações recebidas de componentes internos da Prodemge, especialmente da diretoria, da contabilidade, da auditoria interna, da assessoria de governança corporativa, da assessoria jurídica e, ainda, da Fundação Libertas e da empresa de consultoria contratada para assuntos atuariais.

O CAE reconhece o esforço da administração da Prodemge no sentido de implantar as estruturas de controles internos, de riscos e de governança exigidos pela Lei 13.303/2016, destacando a implantação da Ouvidoria e dos meios para a recepção de denúncias internas e externas à Prodemge, em matérias relacionadas ao escopo das atividades do Comitê.

Com relação a auditoria externa, o CAE não identificou situação que pudesse afetar a objetividade e a independência dos auditores no que se refere aos trabalhos de acompanhamento da elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

O CAE dedicou especial atenção aos eventos que impactaram os resultados e a situação patrimonial da Prodemge de forma relevante, como o reconhecimento de obrigações tributárias relacionadas à dedução indevida de despesas incorridas em nome de terceiros nos exercícios de 2017 e 2018 e do registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa, fundamentado na Política de Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) aprovada pela administração para esse fim, ambos objeto de ressalva por parte dos auditores externos nas Demonstrações Financeiras de 31.12.2018, e da baixa de passivo relacionado a obrigações com o Pasep, em decorrência de sua prescrição. O CAE supervisionou as atividades dos auditores independentes, especialmente, no tratamento destes pontos.

#### 4. CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, considerando, ainda, a inexistência de ressalvas por parte dos auditores externos, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das Demonstrações Financeiras da Prodemge em 31.12.2019.

Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2020.

Carlos Antônio Duarte  
**Presidente**

Luís Carlos Jardim  
**Membro**

Sandro Cesar Borges  
**Membro**

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE, reunido na Cidade Administrativa, Prédio Gerais, 4º Andar, Sala 7, à Rodovia Papa João Paulo II, 4.001, Bairro Serra Verde, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, examinou as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Após verificar que os documentos mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e considerando, também, o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis emitido, é de parecer pela sua aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2020.

Andrea Riechert Senko

Carolina de Oliveira Castro Baia Antunes

Fábio Rodrigo Amaral de Assunção

Guadalupe Machado Dias

Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes